

# **O TRABALHO DOCENTE À LUZ DA PERSPECTIVA MATERIALISTA-HISTÓRICA**

Luciete Valota Fernandes – IP-USP

Agência Financiadora: CAPES

## **1) Trabalho, trabalho abstrato, trabalho produtivo e improdutivo**

Concebemos este estudo a partir da categoria ontológica marxiana de trabalho e como seu pressuposto a alienação que constitui o âmago das relações sociais e econômicas na sociedade capitalista.

Veremos, entretanto, que o trabalho educativo não pode ser mecanicamente equiparado à análise ortodoxa do trabalho e da alienação em Marx. Há distinções e mediações essenciais entre o trabalho ontológico, condição eterna da vida humana, que se faz produtor de mercadorias no capitalismo, e o trabalho educativo que possui como objeto, em última instância, a personalidade do aluno. Com o intuito de trazer à tona os nexos dinâmico-causais (VYGOTSKI, 2000) constitutivos do trabalho docente no capitalismo avançado, retomaremos sumariamente os conceitos nucleares em Marx, a saber: trabalho, trabalho abstrato, trabalho produtivo e improdutivo.

O trabalho, entendido como atividade vital, compreende o veículo de transformação da natureza para a satisfação das necessidades humanas. O homem transforma a natureza e transforma a si mesmo pelo trabalho. Nas palavras de Marx (2011a, p. 218):

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

Nesse sentido, o trabalho realiza-se como objetivação humana. Apenas por meio do trabalho o indivíduo pode se constituir como humano na relação com os outros homens e por intermédio da natureza. Para Marx (2010) o trabalhador não pode criar sem a natureza, sem a realidade sensorial exterior. Portanto, a natureza é o material em que se concretiza o trabalho, com o qual e por meio da qual se produz coisas.

Para o pensamento marxiano, a natureza para o homem não é pura, abstrata ou um dado a priori, mas é caracterizada como natureza humanizada, porque transformada

pela ação social e coletiva. O homem é um ser que precisa objetivar-se de modo prático produzindo e reproduzindo o mundo de coisas. Logo, produzir é objetivar-se no mundo dos objetos e, simultaneamente, integrar a natureza ao mundo humano (VAZQUEZ, 2011).

Assim, a unidade entre o homem e natureza pelo trabalho ocorre através da objetivação, da externalização de sua atividade vital. O homem não pode se furtar à necessidade de objetivação, de se expressar como ser genérico<sup>1</sup>, essa necessidade só é plenamente satisfeita nas relações com os outros homens.

A capacidade de objetivação é típica da espécie humana. O animal não se distingue da sua atividade, ao contrário do homem que faz da sua atividade objeto permanente da consciência e da vontade. Portanto, a atividade vital consciente distingue o homem dos demais animais, por isso ele é um ser genérico. Assim, o gênero humano pode ser entendido como a tomada de consciência do homem em relação a sua própria vida, isso permite que a atividade humana seja livre (MARX, 2010).

Entretanto, essa relação pode ser invertida com o fenômeno da alienação, propagado pela divisão social e técnica do trabalho, justamente por ser consciente o homem faz da sua atividade vital um meio de subsistência. Desse modo, o trabalho na sociedade capitalista pode ser apreendido em um duplo sentido: como objetivação e, ao mesmo tempo, como alienação e negação do homem.

Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos Marx (2010) descreve a alienação do trabalho em quatro dimensões principais: na relação com o objeto ou produto do trabalho, com a natureza, com o processo de trabalho e com os outros homens. Posteriormente a incorporação da mercadoria e do processo de mais-valia permite ao pensador alemão agregar novos elementos à concepção de trabalho alienado colocada nos Manuscritos.

Para o autor, o trabalho no seio da sociedade capitalista produz objetos com valores-de-uso e valores-de-troca. As mercadorias são objetos que possuem um valor-de-uso, um valor-de-troca e um trabalho social incorporado que, por sua vez, incorpora a mais-valia. Conforme Marx (2011a, p. 220):

---

<sup>1</sup> “Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade. O objeto do trabalho é portanto a objetivação da *vida genérica do homem*” (MARX, 2010, p. 85).

(...) Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas valor excedente (mais-valia).

Além disso, o próprio trabalho pode ser considerado um valor-de-troca no mercado. Desse modo, o trabalhador vende sua força de trabalho<sup>2</sup>, como se vende qualquer outra mercadoria, nas palavras do autor, ele vende seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Por isso, o valor-de-uso da força de trabalho não pertence ao trabalhador.

O processo de mais-valia encontra-se impregnado na mercadoria que pode ser considerado a parte do trabalho não paga ao trabalhador pelo capitalista. Ou, o lucro advindo do tempo que o trabalhador produz a mercadoria e nada recebe em troca.

Em resposta à pergunta sobre qual a substância social comum a todas as mercadorias, Marx (2004) responde: o trabalho social. Na produção de uma mercadoria deve-se incorporar o trabalho social. Assim, aquele que concebe um objeto para seu uso pessoal e direto, produz um produto, mas não uma mercadoria. Para produzir uma mercadoria faz-se necessário produzir não apenas um produto que satisfaz uma necessidade social qualquer, mas nela deve estar encerrado o trabalho fruto do sistema de divisão social e técnica, além disso, deve valorizar o capital.

Marx ressalta o caráter misterioso da mercadoria, o seu fetiche. Afirma que o homem retira e transforma uma madeira em uma mesa, modificando os elementos vitais da natureza, todavia, a mesa ainda continua sendo madeira, coisa material. Mas, logo que se revela mercadoria, coloca-se como perceptível e, contraditoriamente, impalpável. Ou seja, nem todos os elementos são revelados no plano material da mercadoria.

Desse modo, a mercadoria é misteriosa, pois acoberta as características sociais do trabalho dos homens, apresenta essas propriedades sociais como inerentes aos produtos, negando, portanto, os trabalhos individuais e o trabalho total dos trabalhadores. O autor assevera que por meio dessa dissimulação os produtos tornam-se

---

<sup>2</sup> “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX, 2011a, p. 197)

mercadorias, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos, ou seja, “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2011a, p. 94).

Voltando ao trabalho como valor-de-troca, Marx (2011a) coloca que só se consegue satisfazer as necessidades sociais diversas dos produtores os trabalhos individuais que possam equivaler-se. Para isso, a igualdade dos diversos trabalhos faz-se por intermédio de uma abstração, que coloca de lado as suas diferenças e destaca o traço comum de dispêndio de força humana, de trabalho humano abstrato. Outrossim, o caráter socialmente útil dos trabalhos é validado pelo caráter socialmente útil das mercadorias, que entrarão em intercâmbio social. Segundo o autor:

De acordo com a relação social de produção que tem validade geral numa sociedade de produtores de mercadorias, estes tratam seus produtos como mercadorias, isto é, valores, e comparam, sob a aparência material das mercadorias, seus trabalhos particulares, convertidos em trabalho humano homogêneo (MARX, 2011a, p. 100-101).

Além do trabalho abstrato, que se baseia no trabalho social comum extraído de todos os trabalhos distintos, tornado possível com o advento da sociedade de classes, Marx (2004) realiza uma distinção significativa entre o trabalho produtivo e trabalho improdutivo, formulando uma espécie de categorização dos trabalhos em seu contexto histórico<sup>3</sup>, entre os que produzem direta ou indiretamente mais-valia e aqueles que não produzem, pois não reproduzem capital.

Assim, o trabalho produtivo pode ser caracterizado como aquele que produz mercadorias, sendo mercadoria faz-se necessário a expropriação do trabalho alheio e a consolidação da mais-valia, parcela do trabalho não paga. Nesse sentido, o trabalho produtivo é aquele que produz mercadoria, mais-valia e/ou que valoriza capital; e todo trabalhador é produtivo quando emprega sua força de trabalho nessa engrenagem econômica e social.

O trabalho improdutivo, por sua vez, não produz mercadoria e mais-valia para um produtor alheio. Assim, um trabalhador improdutivo pode gerar um artigo como valor-de-uso para satisfazer uma necessidade individual, na medida em que esse objeto não entra para o circuito de equiparação mercadológica, não contém trabalho social expropriado (não pago), pode ser categorizado como trabalho improdutivo.

---

<sup>3</sup> Concordamos com Lessa (2011) quando afirma que as categorias nevrálgicas do pensamento marxiano, sobretudo aquelas tratadas no *Capital*, permanecem sobejamente explicativas das novas facetas do modo de produção capitalista.

Marx (2004) concede alguns exemplos de trabalho produtivo e improdutivo. Supondo um trabalho de alfaiataria ou jardinagem que pode ser realizado pelo mesmo trabalhador para um capitalista industrial e para um consumidor direto. Respectivamente, têm-se um trabalho produtivo e um improdutivo, pois o primeiro valoriza o capital e o outro não. Uma cantora que canta livremente como um pássaro é trabalho improdutivo, por outro lado, quando vende seu canto para garantir dinheiro a outro, é trabalho produtivo. Esta categorização será retomada adiante para o entendimento do trabalho educativo em suas diferentes inserções na cadeia produtiva.

Além disso, o autor afirma que a totalidade e a diversidade de trabalhos individuais, independente de serem mais ou menos manuais, também são trabalhos produtivos. Assim, o engenheiro do mesmo modo que o operário pode ser incluído na categoria de trabalhadores produtivos, pois contribuem de diferentes formas para a produção da mercadoria e, por sua vez, da mais-valia, com Marx (2004, p. 157-158):

(...) é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Mas, então a atividade dessa capacidade de trabalho coletiva é seu consumo produtivo direto pelo capital, vale dizer, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia.

Desta forma, não apenas o operário, que realiza a atividade manual para a garantia da reprodução e riqueza sociais, é tido como trabalhador produtivo, mas igualmente aqueles que utilizam a sua atividade laboral na edificação das mercadorias ou na valorização da mais-valia, ou seja, na acumulação do capital. Apoiado nessa premissa é que Marx afirma o “mestre-escola” de uma “fábrica de ensinar” como um trabalhador produtivo, o que será aprofundado na sequência.

## **2) A práxis<sup>4</sup>, o objeto, e a situação de classe do professor**

Lessa (2011) explora as diferenças ontológicas fundamentais entre o trabalho proletário e o trabalho do “mestre-escola”, trazendo a nosso ver contribuições inestimáveis para desvelar as bases econômico-sociais do trabalho docente, à luz dos pressupostos marxianos. Nesse sentido, retomaremos algumas teses do autor na

---

<sup>4</sup> É notória a diversidade de conceituações de práxis no universo do pensamento marxiano, todavia, retomamos uma das possíveis concepções de práxis em Marx proposta por Vázquez (2011). Para o autor a práxis pode ser compreendida como atividade humana transformadora da natureza e da sociedade, tendo a teoria como guia da ação.

explicação de três dimensões constitutivas do trabalho docente: sua práxis, seu objeto, bem como a situação de classe deste trabalhador da educação.

A **práxis docente** é permeada pela colocação de ações teleológicas<sup>5</sup> que objetivam a transformação da consciência de outros homens e não a modificação de objetos naturais em matéria-prima. A atividade educativa não estabelece um intercâmbio orgânico com a natureza, visando a (re)produção da riqueza social, tal como ocorre com o trabalho proletário.

Vaisman e Fortes (2010) na apresentação aos “Prolegômenos para uma ontologia do ser social” retomam a distinção realizada por Lukács entre o pôr teleológico primário e o pôr teleológico secundário. O pôr teleológico primário sinaliza a transformação da natureza para a satisfação das necessidades de subsistência e reprodução da sociedade como um todo. O pôr teleológico secundário relaciona-se aos complexos sociais, ou seja, às atividades sociais que têm como objeto de atuação as próprias relações sociais.

Desse modo, a atividade educativa envolve um pôr teleológico secundário e ademais, trata-se de um complexo social e não natural. Como foi pontuado o trabalho do professor incide não em um objeto natural de trabalho, mas nas relações sociais, isto é, nos relacionamentos com os alunos e demais indivíduos do contexto escolar. O fato do professor não ter um objeto natural como foco de sua ação, não significa dizer que a atividade educativa prescindia de objetos naturais para sua objetivação, transformados pelo trabalho proletário em matéria-prima, como o giz, a lousa e a sala de aula.

Assim, o resultado do trabalho educativo é a transformação da consciência e da personalidade do educando. O **objeto do trabalho educativo** são as relações sociais<sup>6</sup> e não um produto. O trabalho educativo não pode gerar nenhum “meio de produção ou meio de subsistência” (LESSA, 2011, p. 177).

---

<sup>5</sup> Sobre o pôr teleológico e a causalidade “(...) O trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais. (...) Ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr – posição sempre realizada por uma consciência – que, embora guiando-as em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais” (LUKÁCS, 1978, p. 6).

<sup>6</sup> Não é objetivo deste texto retomar as controvérsias instaladas em torno dos escritos de Saviani (2000) que entende o trabalho como princípio educativo e a educação como trabalho não material. Para maiores informações sobre essa questão o leitor pode consultar o próprio Lessa (2011) e Duarte et al (2011).

Relacionada à ideia anterior, as mediações colocadas entre o desenvolvimento do trabalho docente e proletário são de qualidades diversas. Nas palavras de Lessa (2011, p.173):

A mediação entre o proletário e sua matéria são as ferramentas, as máquinas, o “trabalho morto”, os “meios de produção”, enfim. As mediações entre o professor e os alunos são a linguagem, a cultura; os seus instrumentos específicos são questionários, aulas, pesquisas, provas etc (...).

Portanto, as mediações que tornam possível a atividade de ensino e a atividade de aprendizagem<sup>7</sup> passam pelo conhecimento, pela linguagem e por outros instrumentos peculiares ao universo científico e escolar. Vale acrescentar, que no âmbito da escola pública brasileira muitos instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento da práxis docente estão ausentes ou disponíveis de modo precário.

A respeito da inserção da práxis educativa na estrutura produtiva e econômica é célebre a comparação marxiana entre o trabalho docente na “fábrica de ensinar” e o trabalho proletário na “fábrica de salsichas” que valorizam igualmente a mais-valia e são considerados trabalhos produtivos:

(...) A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, **então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário.** O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (MARX, 1996, p. 138, grifo nosso)

Do ponto de vista do capitalista, não há nenhuma diferença se a mais-valia extraída se dá na “fábrica de salsichas” ou na “fábrica de ensinar”. Entretanto, do ponto de vista dos sujeitos que executam, da relação com os objetos com os quais trabalham e

---

<sup>7</sup> Moura et al (2010) destacam a categoria “Atividade Orientadora de Ensino” como o núcleo articulador da atividade de ensino e da atividade de aprendizagem. Esta conceituação, de raiz leontieviana, encerra o trabalho do professor (motivos e ações planejadas) em intercâmbio com a atividade de aprendizagem do aluno, por meio da criação de condições orientadas para a satisfação das necessidades e a consolidação dos motivos relacionados com a apropriação dos conceitos científicos.

das ideias postas em movimento em cada atividade, corrobora-se a natureza singular de cada trabalho.

Com o advento do modo de produção capitalista, o trabalho proletário não é apenas produtor de valor-de-uso, não é somente emprego das faculdades físicas e mentais para satisfação das necessidades sociais, mas torna-se produtor de mercadoria e mais-valia. Apenas o trabalho proletário produz diretamente mais-valia, mas outros trabalhos na cadeia produtiva podem valorizá-la, dentre eles o trabalho educativo.

No exemplo dado por Marx, o trabalho docente pode valorizar a mais-valia existente quando enriquece o dono de uma escola particular, sendo considerado produtivo. Não é possível expropriar mais-valia do trabalho docente do mesmo modo como se expropria do proletário, pois ele não constrói um produto ou um “quantum” do conteúdo material, os resultados da práxis educativa se esvaem no decorrer da sua feitura<sup>8</sup>.

Entretanto, nem toda práxis docente valoriza o capital existente, nesse caso ela pode ser caracterizada como trabalho improdutivo (LESSA, 2011), nas circunstâncias em que o professor é um funcionário público das esferas governamentais. Todavia, os salários pagos para estes trabalhadores pelo estado, em seu formato neoliberal, provêm da riqueza socialmente produzida e expropriada da classe proletária.

A análise das bases ontológicas do trabalho docente na estrutura produtiva permite explicar a **perspectiva de classe social dos professores** (LESSA, 2011).

Os professores produtivos ou improdutos, assim como todos os outros trabalhadores, pertencem à categoria dos assalariados. Os trabalhadores assalariados não proletários pertencem à chamada “classe de transição” (MARX, 2011b), conforme uma leitura marxiana, fazem parte desta classe os assalariados que recebem os salários da classe dominante, mas que simultaneamente, não se confundem com a classe proletária, por não estarem “mais perto ou mais distante” da manipulação dos meios e objetos de trabalho.

Os assalariados não proletários podem realizar um trabalho de supervisão e controle do trabalho fabril, mas segundo Marx (2011a) podem também estar presentes no funcionalismo público. Todos os trabalhadores são assalariados, mas o único assalariado que transforma o objeto natural em matéria-prima, ou seja, que realiza o intercâmbio direto com a natureza trata-se do proletário.

---

<sup>8</sup> Lessa (2011) salienta a impossibilidade de acumular horas-aula do professor tal como se acumula prédios ou ferro revertidos em capital.



Vale ressaltar, que a classe de transição não se confunde com a burguesia, nem com a classe operária, em virtude de sua própria constituição histórica. A depender das crises e conflitos sociais os integrantes dessa classe podem pender ora para a burguesia ora para classe proletária, em função da heterogeneidade de interesses (LESSA, 2011) que transitam nesta classe social. Os professores, trabalhadores tanto produtivos como improdutivos, pertenceriam à esta classe social.

Determinadas proposições no ideário educativo (FONTANA, TUMOLO, 2006) apontam para a gradativa transferência dos professores para a classe proletária e revolucionária. As teses da proletarização docente, tão em voga entre os intelectuais da educação, ressaltam de modo geral as implicações da reestruturação produtiva do capitalismo no trabalho do professor, tais como: os baixos salários, a precarização das condições de trabalho, o aumento das jornadas laborais (dentre outras). O trabalho docente estaria se equivalendo ao trabalho proletário ou, em outras palavras, o professor estaria se proletarizando. Como consequência dessa assertiva o conjunto dos trabalhadores docentes estaria migrando de classe social.

Sustentados nas premissas teórico-metodológicas defendidas neste trabalho consideramos: 1) a natureza do trabalho proletário distingue-se da natureza do trabalho docente; 2) a ideia da “proletarização do trabalho docente” pode encobrir o conhecimento do movimento real da práxis docente nas interconexões com o trabalho proletário, aquele que realiza intercâmbio com a natureza; 3) a subsunção automática dos professores à classe proletária e revolucionária por excelência, além de nivelar as particularidades ontológicas do trabalho docente e proletário, pode sugerir um protagonismo aos professores na transformação da sociedade.

Outro ponto digno de nota refere-se às discussões contemporâneas acerca da separação entre o trabalho intelectual e manual. Apesar dos propagados discursos nas ciências humanas, analisados criticamente por Lessa (2011), de que o trabalho proletário estaria se tornando mais intelectualizado e, em virtude disso, a distinção entre as classes sociais estaria menos nítida, compreende-se que o trabalho manual de transformação dos objetos em mercadorias é significativo na exploração do trabalhador proletário e, portanto, na determinação da sua situação de classe. A contradição instaurada pelas relações de produção capitalistas entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre o trabalho de concepção e de execução, não está superada.

Como salientamos anteriormente, o professor pode ser considerado um trabalhador intelectual, assim como um conjunto de profissionais que tem como objeto

de sua atividade as relações sociais. Isso não significa dizer que o professor está liberto da exploração e opressão exercida pelo capital, a níveis acentuadamente alarmantes, seja pelos capitalistas detentores das instituições de ensino privado, o que fica evidente pelo processo de mercantilização da educação (FIDALGO, FIDALGO, 2009; FRIGOTTO, 2011), seja pelo estado mínimo e neoliberal que paga salários cada vez mais irrisórios para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência do magistério público.

Abordar as matizes da práxis docente, o objeto de sua atividade, bem como a situação de classe do professor, nos dias de hoje, não é mero exercício intelectual. Ao contrário, este trabalho analítico corrobora a necessidade de novos horizontes para a educação escolar na sociedade classista, trazendo contribuições na consolidação da pedagogia marxista, cujo desafio encerra-se na socialização máxima dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade oferecendo, outrossim, instrumentos para a supressão da alienação reinante na sociedade capitalista.

### **3) Conclusões**

Em vista da inserção crescente da lógica capitalista em todos os âmbitos da vida social, com a gradativa privatização das esferas públicas, podemos perguntar: será que os professores da esfera pública permanecem ainda como trabalhadores improdutivos?

Sabemos do deslocamento ampliado dos preceitos mercadológicos para o seio da educação pública, em todos os níveis de ensino. A título de ilustração, temos as vinculações íntimas entre a produção científica nos grandes centros de excelência de ensino e as empresas multinacionais. Como o trabalho docente está se transfigurando em face da ligação estreita entre os âmbitos pedagógicos e mercadológicos? Quais são os pores teleológicos que estão balizando o trabalho educativo?

A respeito da práxis educativa, é importante ressaltar que mesmo que o professor não seja considerado a priori o “sujeito histórico revolucionário” (BERTOLDO, SANTOS, 2012), devemos frisar o papel contraditório da atividade educativa no avanço da consciência dos alunos, seja pela possibilidade de internalização dos conhecimentos científicos que engendram a humanização, seja pela tomada de consciência dos seus limites numa sociedade alicerçada na apropriação privada dos bens culturais, artísticos e filosóficos.

A sociabilidade imposta ao professor, sobretudo nas redes públicas de educação básica, não permite que ele se objetive plenamente como um trabalhador intelectual. Uma pesquisa realizada com os professores (TOKARNIA, 2013) constatou que menos da metade do magistério das escolas públicas leem no seu tempo livre. Poderíamos realizar uma análise superficial e aparente desta afirmativa e cair nas concepções sociais que culpabilizam o professor pelas suas próprias dificuldades e fracassos. Como este não é nosso intento, algumas perguntas são pertinentes: qual tempo livre sobra ao professor depois de uma jornada diária completa em sala de aula? Como é possível o professor comprar livros para ler se o seu salário não permite honrar todas as despesas básicas? Será que o professor não lê porque ele é preguiçoso?

Faz-se necessário superar as perspectivas que culpabilizam ou vitimizam o professor, cuja função é encobrir o conhecimento real das múltiplas determinações constitutivas da sua condição histórica e da sua profissão. Por fim, entendemos que o professor é um indivíduo com potenciais de transformação da sua realidade e, portanto, de si mesmo, pois conforme nos ensina Lukács (1978, p.18): “(...) a elevação da adequação ao gênero jamais desaparece completamente da ordem-do-dia da história”.

## Referências

BERTOLDO, E.; SANTOS, M. Trabalho docente e luta de classes. In: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012. p. 101-124.

DUARTE, N. et al A pedagogia histórico-crítica e o marxismo: equívocos de (mais) uma crítica à obra de Demerval Saviani. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, Abr. 2011. Disponível em:  
<[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art04\\_41e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art04_41e.pdf)> Acesso em: 14 Abr. 2013.

FIDALGO, N.; FIDALGO, F. Trabalho docente e a lógica produtivista: conformação e subjetividade. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papyrus, 2009. p. 91-112.

FONTANA, K. B.; TUMOLO, P. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. In: **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, Caxambu. 2006. Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-2092--Int.pdf>>. Acesso em: 14 Abr. 2013.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n. 46, p. 235-274, jan/abr. 2011.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, 1978, p. 1-18.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política** livro 1. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas).

\_\_\_\_\_. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010 (Coleção Marx-Engels).

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política** livro 1. Volume 1. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b (Coleção Marx-Engels).

MOURA, M. O. et al. A atividade Orientadora de Ensino de ensino como Unidade entre Ensino e Aprendizagem. In: MOURA, M. O (Org.). **A atividade pedagógica na teoria histórico-cultural**. Brasília: Liber Livro, 2010. p. 81-109.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

TOKARNIA, M. **Menos da metade do magistério das escolas públicas leem no seu tempo livre**. Brasília, 05 de fev. de 2013. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-02-05/menos-da-metade-dos-professores-de-escolas-publicas-leem-no-tempo-livre>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

VAISMAN, E.; FORTES, R. V. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: 2010, p. 9-31.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VYGOTSKI, L. S **Obras escogidas**. Madrid: Visor Dist., 2000, v. 3.